

NOTAS SOBRE FONTES PARA A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

Douglas Cole Libby*

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas a História Econômica no Brasil tem passado por uma transformação multifacetada. Diversas influências do além mar se fizeram sentir nestes anos: de um lado foram absorvidos e adaptados os padres da econometria norteamericana e dos *Annales*; de outro, os estudiosos se sensibilizaram pela história dos de baixo e a busca da agência histórica de E. P. Thompson, bem como pelas diversas correntes da historiografia francesa. Na verdade, o rigor e a sofisticação metodológicos do quantitativismo, aliados à crescente descrença no determinismo econômico, conduziram a um certo desinteresse pelos assuntos ligados à História Econômica, voltando-se as atenções cada vez mais para a História Social e, mais recentemente, para os estudos culturais.

Ao mesmo tempo, a gradual rejeição das teorias da dependência como capazes de explicar o persistente subdesenvolvimento brasileiro sinalizou aos historiadores a necessidade de repensar a tradicional ênfase atribuída às relações Metrôpole/Colônia e ao mercantilismo enquanto determinantes dos processos históricos no período colonial e durante o Império.¹ A proeminência da monocultura de

* Professor de Historia del Departamento de Historia, Universidad de Minas Gerais, Brasil.

¹ Ver, por exemplo: R. C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969, 6a. ed.; C. Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*, Brasiliense, São Paulo, 1961, 6a. ed.; L. Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira, no Triplice Aspecto Político-Social-Econômico*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958, 2a. ed.; C. Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1958, 5a. ed.; C. Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1961; V. N. Pinto, *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-*

exportação e da mineração aurífera enquanto objetos de estudo cedeu lugar às investigações da produção de subsistência, da consolidação do mercado interno, do artesanato urbano e rural e da indústria doméstica. Como resultado, hoje reconhece-se a extrema complexidade da economia brasileira dos séculos XVI ao XIX e o fato de que, embora as atividades ligadas à exportação sempre predominassem e norteassem os rumos gerais do desenvolvimento econômico, havia, também, uma dinâmica interna que não obedecia, necessariamente, a lógica do pacto colonial. Em vez das grandes sínteses que antes caracterizavam a História Econômica, o recente revisionismo é baseado em estudos regionais, mais atentos às diferenças e às nuances que tanto marcaram, no espaço e no tempo, a realidade brasileira.

Como seria de esperar, os novos enfoques das pesquisas na área de História Econômica têm implicado na busca de fontes inéditas e em novas abordagens de fontes já conhecidas. Pretende-se aqui tecer algumas considerações sobre a renovação da História Econômica no Brasil à luz das fontes utilizadas e do tratamento dado às mesmas. É claro que, por se tratar de um assunto de grande envergadura, nossas considerações são de caráter limitado e mesmo pessoal. Esperamos que, apesar das inevitáveis omissões, possamos traçar as linhas gerais das recentes tendências na escolha de fontes e no manejo, além de especular sobre os prováveis rumos da pesquisa na área.

OS LIMITES DO MODELO ANTIGO

Até os anos 70, a pesquisa sobre a História Econômica do Brasil nos períodos colonial e provincial se baseou em geral em três tipos de documentos. Bastante consultadas foram as correspondências entre oficiais da administração colonial e as memórias de indivíduos ilustres, quase todas transcritas e impressas em publicações tais como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, além de publicações de instituições congêneres estaduais. A maioria destas publicações data da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX e, obviamente, a documentação reproduzida foi escolhida em função da sua presumida importância naquela época.² De qualquer forma, este gênero documental tratava de um grande leque de assuntos econômicos: desde o estado da produção colonial, passando por questões fiscais, até o fluxo de exportações e importações. Utilizo-se, também, algumas séries documentais — geralmente denominadas de “mappas” —

Português, Companhia Editora Nacional, 1979; F. A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, HUCITEC, São Paulo, 1980.

² É claro que as escolhas obedeciam a critérios variados: a ligação do documento com alguma efemeride, a pretensa importância do(s) seu(s) autor(es), etc. A relevância do conteúdo parece ter contado pouco. Ao mesmo tempo, já se constatou que, não raras vezes, as transcrições contêm erros, além de ocasionalmente serem baseadas em cópias nem sempre fiéis aos originais.

elaboradas pelo fisco e, portanto, relativas à saída e entrada de mercadorias. Estes manuscritos foram consultados junto ao Arquivo Nacional e à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro ou, mais raramente, junto ao Arquivo Ultra-Marino de Lisboa. A terceira categoria de fontes primárias é constituída pelas obras dos viajantes estrangeiros, um conjunto particularmente rico para o século XIX, mas que inclui obras de períodos anteriores (*A Cultura e Opulência do Brasil* de Antonil, por exemplo). As observações dos viajantes sobre a vida econômica no Brasil muitas vezes representavam a única maneira de alcançar o cotidiano da produção e do funcionamento do mercado.

Sem desmerecer os esforços das primeiras gerações de historiadores econômicos no Brasil, é preciso reconhecer que o seu embasamento empírico era limitado. Em alguns casos, o próprio gênero de grande síntese histórica levava os estudos a se enveredarem mais para o terreno da descrição do que para exercícios analíticos. Em outros casos as preocupações teóricas pareciam dispensar um aprofundamento da pesquisa junto às fontes primárias. O fato é que a consulta aos acervos arquivísticos se limitava às instituições nacionais e, mesmo assim, às coleções contendo informações resumidas e, portanto, um tanto quanto superficiais. Raramente houve garimpagem da documentação que informava os resumos estatísticos ou as correspondências oficiais, muito menos consultas nas seções coloniais e provinciais dos arquivos estaduais.³ Por outro lado, é mister lembrar que os arquivos brasileiros e portugueses careciam de arranjo e instrumentos de busca mais organizados que facilitassem o acesso dos pesquisadores a consideráveis segmentos de seus acervos. Ademais, não se pode negar que o conjunto documental legado pela administração colonial portuguesa não se compara com a rica e pormenorizada documentação produzida pelas autoridades da América espanhola. À máquina administrativa lusa sempre faltaram os recursos humanos para um registro mais completo da vida colonial, situação essa pouco remediada durante o Império. Faltam, também, aos estudiosos da História do Brasil os papéis privados, provenientes de *plantations* e fazendas, de comerciantes, empresários, liberais profissionais e outros indivíduos, que tanto enriquecem a historiografia que trata do Caribe e das colônias continentais britânicas.⁴ Dessa forma, seja por uma certa falta de iniciativa da parte dos pesquisadores, seja pela relativa “pobreza” da própria documentação brasileira, em meados da década de 1970 pode-se detectar uma espécie de esgotamento empírico da produção acadêmica na área de História Econômica.

³ Uma exceção é: F. Iglésias, *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1958. O autor, no entanto, se limitou a consultar os relatórios dos presidentes da província, uma série de relatos resumidos.

⁴ Uma notável exceção é: S. B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985. O autor frequentemente cita a documentação relativa à administração de um importante engenho açucareiro pertencente a uma ordem religiosa durante os séculos XVII e XVIII.

O DESPERTAR PARA NOVOS RUMOS

Os anos de 1980 e 1981 representam um divisor de águas para a História Econômica no Brasil. J. J. de A. Arruda publica uma obra tratando do comércio brasileiro no final do século XVIII e início do século XIX. Embora se utilizasse das fontes mencionadas acima, o autor sujeitou os dados a uma rigorosa análise quantitativa e não se limitou à apreciação dos tradicionais produtos coloniais. Passou-se a compreender a chamada renascença agrícola brasileira do fim dos setecentos não apenas como um período de franca recuperação das exportações mas, sobretudo, como um processo de diversificação econômica no qual a pauta produtiva ampliou-se sensivelmente.⁵ Faltou pouco para reconhecer que esta diversificação também era uma resposta à consolidação do mercado interno e à crescente participação de amplos setores sociais, antes considerados marginais, nas relações de troca.

Uma segunda obra publicada em 1981, *História da Agricultura Brasileira*, também inovou pouco em termos de levantamento de fontes primárias. Não obstante, esta obra constituiu um forte apelo para que os pesquisadores voltassem suas atenções para a economia não-exportadora, e para a agricultura de subsistência e do abastecimento.⁶

Para tanto, seria necessário aprofundar a busca de fontes. Foi justamente o que aconteceu no caso de uma *dissertation* defendida nos Estados Unidos em 1980. Sem desprezar as fontes tradicionais, R. B. Martins procurou alargar sua base empírica principalmente através de um levantamento sistemático de fontes no arquivo estadual correspondente à região analisada: a província de Minas Gerais. Ao cotejar dados demográficos com informações sobre a produção da região no século XIX, o autor inverteu a interpretação tradicional que insistia na tese da estagnação secular da economia mineira após o declínio da extração aurífera. Ressaltava-se a importância da diversificação produtiva, mesmo que voltada essencialmente para o mercado interno, na sustentação de uma grande economia escravista.⁷ Mais importante ainda, ficou comprovado que a consulta sistemática a fontes dispersas pelos acervos regionais poderia revelar uma

⁵ J. J. de A. Arruda, *Brasil no Comércio Colonial*, Ática, São Paulo, 1980; "A Produção Econômica", in: M.B.N. da Silva (coord.), *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*, Estampa, Lisboa, 1986, pp. 85-153.

⁶ M. Y. Linhares & F.C.T. da Silva, *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*, Brasiliense, São Paulo, 1981. De certa forma, esta publicação marcou a inauguração de um programa de pós-graduação na área de História da Agricultura na Universidade Federal Fluminense que iria redundar na elaboração de dezenas de dissertações e teses pioneiras no exame da produção não-exportadora.

⁷ R. B. Martins, "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-century Minas Gerais, Brazil", Ph. D. diss., Vanderbilt University, Nashville, 1980. Ver também: A.V. Martins Filho & R.B. Martins, "Slavery in a Non-export Economy: Nineteenth-century Minas Gerais Revisited", *Hispanic American Historical Review* 63(3), July-Sept., 1983, pp. 537-568.

realidade bem distinta daquela traçada pelas autoridades em seus informes resumidos.⁸

AS INOVAÇÕES DOS ESTUDOS REGIONAIS

Ao longo da década de 1980 Minas Gerais continuou como objeto de pesquisas que inovaram ao consultar fontes inéditas. Um exercício em história seriada baseou-se em inventários *post-mortem* e apontou a diversificação econômica como um fenômeno já do período aurífero mineiro.⁹ Revelaram-se assim a extrema riqueza dos acervos cartoriais espalhados pelo país e o grande potencial dos inventários para múltiplos campos da pesquisa histórica. A natureza controversa dos argumentos de Martins sobre o apego mineiro à escravidão e as fracas ligações regionais com a economia exportadora estimulou várias respostas que também avançaram as fronteiras da pesquisa arquivística e da abordagem metodológica.¹⁰

Algumas das companhias de mineração aurífera britânicas instaladas em Minas durante o século XIX deixaram arquivos sobre suas operações. Dois estudos demonstram que, embora as oportunidades de realizá-la para o período pré-republicano sejam raras, a história de empresas tem muito a contribuir para a compreensão da organização produtiva, mesmo no contexto do escravismo.¹¹ Um esforço de reconstituição da estrutura ocupacional de Minas oitocentista, baseado em um grande conjunto de listas nominativas —uma fonte até então restrita aos estudos mais puramente demográficos—, apontou a singular florescência da indústria têxtil doméstica, da siderurgia de pequenas fundições e do artesanato em geral naquela região interiorana.¹² Assim, o quadro de diversificação econômica alargou-se ainda mais.

⁸ No caso em tela, ao lamentar as dificuldades em encontrar uma produção que substituísse o ouro e reerguesse a antiga prosperidade da região, os relatórios de sucessivos governos provinciais simplesmente desconsideravam um desenvolvimento econômico bastante vibrante, porém, não ligado ao setor nobre de exportação.

⁹ B.R. de Magalhães, “La Société Ouropretaine selon les Inventaries *post-mortem* (1740-1770)”, Thèse de Troisième Cycle, Université de Paris, 1986. Ainda sobre a diversificação da economia mineira no setecentos ver: C. M. Guimarães & L. M. Reis, “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”, *Revista do Departamento de História* 2, pp. 7-36, 1986.

¹⁰ Cf., por exemplo, F. V. Luna & W. Cano, “Economia Escravista em Minas Gerais”, *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 10 out., 1983; R.W. Slenes, “Os múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX”, *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 17, jun, 1985; A. L. D. Lanna, *A Transformação do Trabalho*, Editora da UNICAMP, Campinas, 1988.

¹¹ D. C. Libby, *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: O Caso de Morro Velho*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1984; M. C. Eakin, *Business Enterprise in Brazil: The Saint John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*, Duke University Press, Durham & London, 1989.

¹² D. C. Libby, *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*, Brasiliense, São Paulo, 1988.

Quase sempre marcados pela busca de fontes em arquivos estaduais e/ou locais, mas também por novas perspectivas teóricas e originalidade metodológica, os recentes trabalhos de brasileiros e especialistas estrangeiros têm iluminado diversos aspectos da economia não necessariamente ligada à *plantation* de outras regiões do país. A maioria das atenções tem recaído sobre Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia,¹³ porém, está claro que a análise da economia escravista brasileira como um todo não cabe dentro dos estreitos limites das relações coloniais/mercantilistas.

UM NOVO OBJETO ENCONTRADO EM FONTES NÃO TRADICIONAIS

Um nítido exemplo da necessidade de ir além da documentação oficial são as investigações em torno da chamada brecha camponesa. Como lembra C. F. Cardoso, no Caribe britânico a produção independente dos escravos era chamada de "*Brazilian system*", obviamente denotando suas origens brasileiras.¹⁴ Não obstante, as fontes tradicionais nada mencionam sobre tal prática. Foi somente quando os pesquisadores se debruçaram sobre um novo universo documental —em especial os processos crime, mas também testamentos, inventários e arquivos policiais— que se vislumbrou as dimensões das atividades de cativos brasileiros em seu próprio benefício.¹⁵ Por ser uma prática secular, plenamente incorporada ao cotidiano escravista, a brecha camponesa só aparece nos interstícios de excepcionalidade, na documentação que registra os rompimentos com a ordem normal.

¹³ Segue uma relação muito parcial de obras: K. de Q. Mattoso, *Bahia: A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX*, HUCITEC, São Paulo, 1978; M. Y. Linhares, *História do Abastecimento: Uma Problemática em Questão (1530-1918)*, Binagri, Brasília, 1979; M. L. Prado & C. Z. Luizetto, "Contribuição para o Estudo do Comércio de Cabotagem no Brasil (1808-1822)", *Anais do Museu Paulista*, tomo XXX, 1980-1981, pp. 231-58; R.W. Slenes, "Escravos, Cartórios e Desburocratização: O que Rui Barbosa Não Queimou Será Destruído Agora?", *Revista Brasileira de História* 5(10), mar.-ago., 1985, pp. 166-96; L.V. Brown, "Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro, and Its Hinterland", Ph. D. diss., University of Virginia, 1986; E. A. Kuznesof, *Household Economy and Urban Development, São Paulo, 1765-1836*, Westview Press, Boulder, 1986; M. C. Karash, *Slave Life in Rio de Janeiro*, Princeton University Press, Princeton, 1987; H.M. de Castro, *Ao Sul da História*, Brasiliense, São Paulo, 1987; G. de B. M. de Oliveira, "A Pré-Indústria Fluminense, 1808-1860", tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1988; J. L. R. Fragozo, "Economia Brasileira no Século XIX: Mais que uma Plantation Escravista-Exportadora", in: M. Y. Linhares (coord.), *História Geral do Brasil*, Campus, Rio de Janeiro, 1990, pp. 131-176.

¹⁴ C. F. Cardoso, *Escravo ou Camponês? O protocampesinato Negro nas Américas*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

¹⁵ Ver: S. H. Lara, *Campos da Violência*, Paz e Terra, São Paulo, 1988; S. Chaloub, *Visões da Liberdade*, Brasiliense, São Paulo, 1990; H. M. de Castro, *Da Cór do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista-Brasil, Século XIX*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1994.

OS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* E A HISTÓRIA ECONÔMICA

Os inventários *post-mortem*, em particular, também parecem ter sido incorporados como fontes valiosas para o estudo de temas econômicos mais abrangentes. Em sua recente obra, onde traça a evolução da comunidade mercantil do Rio de Janeiro do fim do século XVIII aos anos 30 do século passado, Fragoso faz amplo uso de inventários. Ao argumentar que tal comunidade utilizou-se de uma variada estratégia de acumulação —envolvendo negócios tanto no mercado internacional, quanto no mercado interno—, eclipsando assim seus colegas metropolitanos, o autor conjuga dados sobre os bens de mercadores falecidos com os colhidos junto a diversas outras fontes inéditas.¹⁶ É, sem dúvida, uma obra polêmica, mas é igualmente certo que, em termos de uso de fontes, trata-se de um modelo para futuras pesquisas na área de História Econômica.

Outro recente estudo focaliza o Recôncavo baiano do final do século XVIII a meados do século XIX, demonstrando a interdependência dos setores açucareiro, de fumo e da agricultura de subsistência (leia-se plantadores de mandioca). De novo, a tônica é o exame do relacionamento entre os mercados externo e interno e seus respectivos setores produtivos. Mais uma vez, os inventários *post-mortem* contribuem para revelar que, embora todos estes setores fossem bastante dependentes da mão-de-obra escrava, havia consideráveis diferenças na composição e tamanho dos plantéis, na organização do trabalho e nos padrões de propriedade da terra entre eles.¹⁷

Inventários também figuram como fontes essenciais para um estudo de caso que enfoca a interação da família e da fonteira na gradual formação de uma sociedade de plantadores, escravos e camponeses no interior paulista dos séculos XVII e XVIII.¹⁸ Trata-se de uma obra proeminentemente de História Social que cuidadosamente demonstra as influências mútuas entre as estratégias familiares e as forças econômicas. Neste sentido, sugere pistas para os estudiosos do passado, tanto social, quanto econômico.

¹⁶ J. L. R. Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça do Rio de Janeiro (1770-1830)*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992. O autor também faz uso original de fontes tais como relatórios da administração de bens de falecidos, processos de falência, livros de escrituras públicas e documentação sobre a entrada de embarcações no porto do Rio.

¹⁷ B. J. Barickman, "The Slave Economy of Nineteenth-Century Bahia: Export Agriculture and Local Markets in the Recôncavo, 1780-1860", Ph. D. diss., University of Illinois, Urbana-Champaign, 1991.

¹⁸ A. C. Metcalf, *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, Oxford, 1992.

CONCLUSÕES

Não resta dúvida de que a garimpagem sistemática dos arquivos oficiais ainda irá trazer à tona documentos inéditos cujos conteúdos contribuirão para a melhor compreensão da complexidade da economia brasileira nos períodos colonial e provincial. Não obstante, como se viu acima, os acervos semi-oficiais, além dos privados,¹⁹ têm ainda muito a oferecer a uma visão ao mesmo tempo mais incisa e abrangente da História Econômica do Brasil. Em termos de dados seriados relativos a preços de todo tipo de mercadoria,²⁰ à cultura material das famílias do passado,²¹ à distribuição de riqueza,²² à evolução das técnicas produtivas ou às práticas de repartição de bens entre gerações²³ não existe nada que possa substituir os inventários *post-mortem*. Trata-se de uma fonte de manejo difícil e lento, mas cujos dados podem ser rapidamente organizados e analisados utilizando-se de vários programas de *software* hoje disponíveis. Já os testamentos, que com frequência encontram-se acoplados aos inventários, nos dizem muito sobre a economia moral de outras épocas e podem informar a reconstituição de histórias de vida, incluindo, é claro, a vida econômica. É verdade que estas duas fontes são invieçadas com relação à população como um todo, pois, apesar das exigências legais, as camadas mais pobres raramente podiam suportar as despesas necessárias ao cumprimento da lei. Por isso mesmo é que a História Econômica não pode dispensar a consulta aos processos crime, aos arquivos policiais ou mesmo aos acervos eclesiásticos onde se encontram todos os tipos humanos, engajados em toda sorte de atividade-econômica ou não. Corre-se o risco, é verdade, de se enveredar para o terreno da História Social. Mas esta não seria uma maneira de enriquecer a própria História Econômica?

¹⁹ Aponta-se aqui para um problema particularmente espinhoso. Embora a legislação arquivística brasileira seja clara ao distinguir entre o público e o privado e ao delegar responsabilidades de preservação às instituições detentoras de acervos de valor histórico, a realidade é, para dizer o mínimo, caótica. Simplesmente inexistente uma política nacional (e muito menos políticas estaduais ou municipais). Em princípio, a preservação do material cartorial é da responsabilidade dos próprios cartórios. Mas, a imensa massa de papel parece ter caminhos próprios. Os inventários, testamentos e outros registros cartoriais se encontram abrigados em instituições públicas e privadas de toda natureza e de todos os níveis. O arranjo varia desde o passível ao inexistente e o acesso para pesquisadores em muitos casos está longe de ser assegurado. A situação dos arquivos eclesiásticos não é muito diferente e neles a distinção entre o público e o privado é especialmente nebulosa. No mais das vezes, o acesso depende da boa vontade (ou não) de funcionários sobrecarregados e sem qualquer treinamento especializado. É de se esperar que o mergulho de historiadores econômicos neste universo documental se traduza em um engajamento nos esforços pelo melhoramento desta situação lamentável.

²⁰ Para os preços de gêneros de primeira necessidade é provável que os acervos contábeis das Casas de Misericórdia possam servir de embasamento empírico. Mas, para elaborar séries mais prolongadas de preços de outras mercadorias, e principalmente de escravos, a consulta sistemática aos inventários parece ser o único caminho a ser seguido.

²¹ Uma obra pioneira é: J. de A. Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1943.

²² J. M. Monteiro, "Distribuição da Riqueza e as Origens da Pobreza Rural em São Paulo, (Século XVIII)", *Estudos Econômicos* 19, 1989, pp. 109-130.

²³ Ver Metcalf, *Family and Frontier*, *op. cit.*